

Solfacil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Com relatório de revisão dos auditores
independentes

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	565.650	500
Carteira de Créditos	4	2.954.860	-
Impostos a recuperar		113	-
Total do ativo circulante		<u>3.520.623</u>	<u>500</u>
Ativo não circulante			
Carteira de Créditos	4	7.891.099	-
Total do ativo não circulante		<u>7.891.099</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u><u>11.411.722</u></u>	<u><u>500</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante			
Contas a pagar	5	9.962	-
Obrigações tributárias	7	1.591	-
Partes relacionadas	6	-	368
Debêntures	8	11.411.108	-
Total do passivo circulante		11.422.661	368
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	9.1	500	500
Prejuízos acumulados		(11.439)	(368)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(10.939)	132
Total do passivo e patrimônio líquido		11.411.722	500

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e período de 28 de novembro de 2018 até 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>De 28/11/2018 a 31/12/2018</u>
Custo dos serviços prestados	11	(202.667)	
Prejuízo bruto		<u>(202.667)</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(54.173)	(368)
Despesas Tributárias		(6.293)	-
		<u>(60.466)</u>	<u>(368)</u>
Resultado operacional		<u>(263.133)</u>	<u>(368)</u>
Receitas financeiras	13	752.031	-
Despesas financeiras	13	(499.969)	-
Resultado financeiro		<u>(252.062)</u>	<u>-</u>
(=) Resultado antes das provisões tributárias		<u>(11.071)</u>	<u>(368)</u>
Prejuízo do exercício / período		<u><u>(11.071)</u></u>	<u><u>(368)</u></u>
Prejuízo básico por ação - Reais		-22,14200	-0,73600

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e período de 28 de novembro de 2018 até 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>De 28/11/2018 a 31/12/2018</u>
Prejuízo do exercício / período	(11.071)	(368)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>(11.071)</u>	<u>(368)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e período de 28 de novembro de 2018 até 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Integralização de capital	9.1	500	-	500
Prejuízo do período	-	-	(368)	(368)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>500</u>	<u>(368)</u>	<u>132</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(11.071)	(11.071)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>500</u>	<u>(11.439)</u>	<u>(10.939)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e período de 28 de novembro de 2018 até 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>De 28/11/2018 a 31/12/2018</u>
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício / período	(11.071)	(368)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Juros sobre as debêntures	437.086	-
Remuneração sobre carteira de direitos creditórios	(320.980)	-
Outros custos com debêntures	(372.042)	-
Aumento/(redução) no ativo:		
Carteira de Créditos	(10.524.979)	-
Impostos a recuperar	(113)	-
Aumento/(redução) no passivo:		
Contas a pagar	9.962	-
Obrigações tributárias	1.591	-
Debêntures	11.346.064	-
Partes relacionadas	(368)	368
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>565.150</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Integralização de capital	-	500
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	<u>-</u>	<u>500</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>565.150</u></u>	<u><u>500</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	500	-
No final do período	565.650	500
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>565.150</u></u>	<u><u>500</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (“Companhia”), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 28 de novembro de 2018.

O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00, (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída para adquirir e securitizar créditos financeiros oriundos de operações de empréstimo pessoal a terceiros interessados na instalação de painéis de energia solar.

As Debêntures são objeto de colocação privada, sem intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores.

Foram emitidas até 18.000 (dezoito mil) Debêntures, sendo 15.000 (quinze mil) Debêntures da Primeira Série e 3.000 (três mil) Debêntures da Segunda Série. As duas séries farão jus a renumeração de 12% (doze por cento) ao ano, atualizadas pela variação do IPCA.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2020.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-Continuação

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2.7.4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A partir de 1º de janeiro de 2019, entra em vigor o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (Correlação ao IFRS 16). Os ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente e registrados no ativo como bens de direito de uso e no passivo como obrigações de arrendamento mercantil. Os bens arrendados serão depreciados pelo método linear, considerando o prazo do arrendamento ou pela vida útil do ativo, sendo a escolha pelo menor período, o referido pronunciamento não gerou impacto nas práticas contábeis.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos conta movimento	565.650	500
	565.650	500

4. Recebíveis

De acordo com os termos e condições estabelecidos na Escritura, a carteira de crédito é constituída por Cédulas de Créditos Bancários (CCB's) oriundos de operações de empréstimo pessoal a terceiros interessados na instalação de painéis de energia solar.

a) Descrição das características dos direitos creditórios

Os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de contratos de empréstimos pessoais, realizados entre o agente bancário e terceiros interessados na aquisição de painéis de energia solar.

b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão

Nos termos de estruturação da carteira de créditos cedidos ficou definido que somente poderiam ser cedidos a emissora os direitos sobre os créditos que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- (i) Prazo máximo de 10 anos e 2 meses da data de emissão, sendo que, no máximo 10% das CCB's poderá ter prazo superior a 7 anos e 2 meses da data da sua emissão;
- (ii) As CCB's serão remuneradas por taxas de juros distintas, que no agregado deverão gerar fluxo financeiros com uma Taxa Interna de Retorno (TIR) de 15,1%, e também serão corrigidas anualmente pela variação do IPCA
- (iii) O valor das CCB's deverá ser de no mínimo de R\$ 10.000,00 e no máximo R\$ 200.000,00;
- (iv) As CCB's deverão contar com alienação fiduciária de equipamentos, sem a necessidade de registro na data de emissão.

c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são adquiridos pela Companhia sem coobrigação do Cedente, de acordo com o Contrato Promessa de Endosso.

d) Provisão para dação em pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira líquida), e pelos valores líquidos das debentures existentes nesta transação.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Recebíveis--Continuação

e) Composição dos recebíveis

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo a seguir representa:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>
Direitos creditórios	10.886.501
Juros sobre direitos creditórios	320.980
(-) Amortização direitos creditórios	(361.522)
Total	<u>10.845.959</u>
Circulante	2.954.860
Não circulante	<u>7.891.099</u>

5. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo se refere basicamente ao montante a pagar para prestadores de serviços no valor de R\$ 9.962, não havia saldos a pagar em 2018.

6. Partes relacionadas

6.1. Transações com partes relacionadas

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	-	368
	-	<u>368</u>

Montante referente às operações de mútuo com empresa ligada para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração.

6.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício de 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

7. Obrigações fiscais

Em 31 dezembro de 2019 as obrigações fiscais estão assim compostas:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2019</u>
IRRF s/ terceiros	354
CSRF a recolher	1.237
Total	<u>1.591</u>

8. Debêntures

De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de 18.000.000 (dezoito milhões de reais) com a integralização de 18.000 (dezoito mil) debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo:

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

- a) A 1ª série (Sênior) será composta por 15.000 (quinze mil) debêntures IPCA;
- b) A 2ª série (Subordinada) será composta por 3.000 (três mil) debêntures IPCA.

8.1. Integralização das debêntures

A Companhia integralizou até o fim exercício findo de 2019, 9.337 debêntures da 1ª Série e 1.528 debêntures da 2ª série, seguindo a possibilidade de distribuição parcial dessa emissão.

a) Remuneração

As debêntures da 1ª série são remuneradas a uma taxa de 12,0% ao ano, base 252, dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal após 6 meses de carência.

As debêntures da 2ª série são remuneradas a uma taxa de 12,0% ao ano, base 252, dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado. O cronograma de pagamentos é dividido em liquidação de juros e amortização do principal no após 6 meses de carência.

b) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

8.2. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Cotas Sênior	31/12/2019
Integralização de cotas	9.996.019
Juros de debêntures	320.533
Pagamento aos debenturistas	(223.134)
Subtotal	10.093.418
Cotas Subordinada	31/12/2019
Integralização de cotas	1.597.851
Juros de debêntures	116.553
Pagamento aos debenturistas	(24.672)
Subtotal	1.689.732
Outros custos com debêntures (a)	(372.042)
Total do passivo circulante	11.411.108

(a) Os saldos com outras obrigações referem-se aos valores a serem pagos com dação em pagamento para os debenturistas de acordo com o recálculo mensal do total do ativo da companhia subtraídos dos valores líquidos das debêntures.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Patrimônio líquido

9.1 Capital Social

O capital social subscrito da Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é de R\$ 500, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 04 de dezembro de 2018 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas.

9.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

9.3 Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

10 Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

11. Custos gerais

No período de 31 dezembro de 2019 os custos dos serviços prestados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019
Gestão de Carteiras	(113.541)
Honorários Advocatícios	(56.277)
Cobrança de Carteira	(32.849)
Total	(202.667)

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Despesas gerais e administrativas

No período de 31 de dezembro de 2019 e de 2018 as despesas gerais, administrativas, tributárias e demais receitas, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	De 28/11/2018 a 31/12/2018
Auditoria e assessoria contábil	(49.810)	-
Serviços Pessoa Jurídica	(2.120)	-
Outras despesas	(2.243)	(368)
Total	(54.173)	(368)

13. Resultado financeiro

Em 31 de dezembro de 2019 as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

13.1. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2019
Rendimento de aplicações financeiras	353
Remuneração debenturista	379.636
Juros Carteira de Crédito	372.042
Total	752.031

13.2. Despesas financeiras

Descrição	31/12/2019
Juros sobre as debêntures	(437.086)
Outras despesas financeiras	(4.226)
Juros Carteira de Crédito	(58.657)
Total	(499.969)

14. Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

15. Eventos subsequentes

Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Eventuais paralizações poderão acontecer dependendo de decisões governamentais ou outros fatores alheios à vontade da Companhia. Na data de emissão destas demonstrações financeiras não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar em eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre as estimativas ou negócios da Companhia.

Solfácil Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Eventos subsequentes--Continuação

2ª emissão de debêntures

Em 06 de janeiro de 2020, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da espécie com garantia real, e uma série para colocação privada, da espécie subordinada. A integralização da 2ª emissão se deu através da migração de 100% da carteira existente vinculada à 1ª emissão, além de novos recursos de investidores.